

**BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.**

Demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2015

**BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("BV Leasing") relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou Dez.15 com saldo de carteira de crédito de R\$ 200 milhões, ante R\$ 400 milhões em Dez.14. Essa redução está alinhada à retração na carteira de Leasing - Pessoa Física do mercado, que reduziu cerca de 40% nos últimos doze meses, conforme dados do Banco Central. Em 2015, a BV Leasing registrou lucro líquido de R\$ 58,7 milhões (R\$ 128,4 milhões em 2014) e patrimônio líquido de R\$ 1,0 bilhão (R\$ 0,9 bilhão em Dez.14).

Adicionalmente, no semestre encerrado em 31 de dezembro de 2015, não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.

A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.

A Diretoria

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518  
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500  
Fax 55 (11) 3940-1501  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.  
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3g e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do exercício e semestre e do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador CRC 1SP167455/O-0

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.  
BALANÇO PATRIMONIAL  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	31.12.2015	31.12.2014	Passivo	31.12.2015	31.12.2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>19.767.343</b>	<b>28.967.485</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>412.958</b>	<b>2.619.433</b>
Disponibilidades (Nota 4)	341	2.596	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12a)	230.401	1.893.157
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5a)	9.701.530	5.414.101	Recursos de debêntures	230.401	1.893.157
Aplicações no mercado aberto	9.701.530	5.414.101	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 13a)	854	932
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	9.986.118	23.367.950	FINAME	854	932
Carteira própria (Nota 6a)	2.455	6.856	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.579	3.775
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6a)	6.945	3.943	Outras Obrigações	180.124	721.569
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	9.976.718	23.357.151	Sociais e estatutárias	24.650	-
Operações de Arrendamento Mercantil	(17.561)	(11.783)	Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)	98.148	344.337
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	185.413	301.513	Credores por antecipação de valor residual (Nota 7c)	45.724	358.653
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7a)	(180.132)	(292.090)	Diversas (Nota 14b)	11.602	18.579
Adiantamentos a fornecedores	-	3.006			
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 7f)	(22.842)	(24.212)	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>19.174.280</b>	<b>27.315.575</b>
Outros Créditos	95.421	188.984	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>19.174.280</b>	<b>27.315.575</b>
Negociação e intermediação de valores	42	7.480	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12a)	19.145.662	27.207.987
Diversos (Nota 8)	95.599	183.022	Recursos de debêntures	19.145.662	27.207.987
(Provisão para outros créditos)	(220)	(1.518)	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 13a)	9.403	11.976
Outros Valores e Bens (Nota 9)	1.494	5.637	FINAME	9.403	11.976
Bens não de uso próprio	2.199	4.305	Outras Obrigações	19.215	95.612
(Provisão para desvalorizações)	(963)	(1.169)	Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)	11.421	30.171
Despesas antecipadas	258	2.501	Credores por antecipação de valor residual (Nota 7c)	7.794	64.255
			Diversas (Nota 14b)	-	1.186
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>780.485</b>	<b>1.899.827</b>			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>525.152</b>	<b>1.068.823</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>960.590</b>	<b>932.304</b>
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	-	542.952	Capital	872.800	872.800
Carteira própria (Nota 6a)	-	441.419	De domiciliados no País (Nota 17a)	872.800	872.800
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6a)	-	101.533	Reservas de Lucros (Nota 17b)	87.790	58.118
Operações de Arrendamento Mercantil	(2.993)	(7.590)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 17c)	-	1.386
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	31.603	118.974			
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7a)	(30.703)	(117.155)			
Adiantamentos a fornecedores	-	486			
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 7f)	(3.893)	(9.895)			
Outros Créditos	527.881	533.458			
Diversos (Nota 8)	527.918	533.712			
(Provisão para outros créditos)	(37)	(254)			
Outros Valores e Bens	264	3			
Bens não de uso próprio	375	-			
(Provisão para desvalorizações)	(164)	-			
Despesas antecipadas	53	3			
<b>PERMANENTE</b>	<b>255.333</b>	<b>831.004</b>			
Investimentos (Nota 10)	14.685	9.019			
Outros investimentos	21.862	13.937			
(Imparidade acumulada)	(7.177)	(4.918)			
Imobilizado de Uso	-	-			
Outras imobilizações de uso	186	186			
(Depreciações acumuladas)	(186)	(186)			
Imobilizado de Arrendamento (Nota 11a)	213.108	802.406			
Bens arrendados	439.711	1.301.704			
Superveniência de depreciação	60.716	503.234			
(Depreciações acumuladas)	(287.319)	(1.002.532)			
Diferido (Nota 11a)	27.540	19.579			
Perdas em arrendamentos a amortizar	37.812	34.228			
(Amortização acumulada)	(10.272)	(14.649)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>20.547.828</b>	<b>30.867.312</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>20.547.828</b>	<b>30.867.312</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015**

(Em milhares de Reais, exceto o Lucro Líquido por ação)

		2º semestre/2015	Exercícios	
			2015	2014
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.746.383</b>	<b>4.000.664</b>	<b>4.792.572</b>
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 7b)	203.703	689.431	1.789.437
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 6b)	394.375	722.185	549.418
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6d.8)	1.148.305	2.589.048	2.453.717
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(1.702.949)</b>	<b>(3.890.019)</b>	<b>(4.569.433)</b>
Operações de captação no mercado	(Nota 12b)	(1.511.790)	(3.242.621)	(2.871.614)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 13c)	(478)	(1.010)	(1.092)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 7b)	(180.439)	(623.956)	(1.662.014)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 7f)	(10.242)	(22.432)	(34.713)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>43.434</b>	<b>110.645</b>	<b>223.139</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(38.675)</b>	<b>(50.678)</b>	<b>(61.463)</b>
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 15a)	-	-	19
Despesas de pessoal	(Nota 15b)	-	-	(519)
Outras despesas administrativas	(Nota 15c)	(11.335)	(19.379)	(31.961)
Despesas tributárias	(Nota 18c)	(16.031)	(20.758)	(29.209)
Outras receitas operacionais	(Nota 15d)	2.261	4.679	7.567
Outras despesas operacionais	(Nota 15e)	(13.570)	(15.220)	(7.360)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>4.759</b>	<b>59.967</b>	<b>161.676</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	(Nota 16)	<b>(1.027)</b>	<b>(1.128)</b>	<b>19.335</b>
Receitas não operacionais		2.041	3.133	23.768
Despesas não operacionais		(3.068)	(4.261)	(4.433)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>3.732</b>	<b>58.839</b>	<b>181.011</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	(Nota 18a)	<b>24.810</b>	<b>(167)</b>	<b>(52.612)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>		<b>28.542</b>	<b>58.672</b>	<b>128.399</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>		(29.000)	(29.000)	(25.700)
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>				
Lucro por lote de mil ações - R\$		55.964,71	115.043,14	251.762,75
Quantidade de ações (lote de mil)		510	510	510

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015 e 2014  
 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social Capital realizado	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Expansão	Outras			
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>998.800</b>	<b>32.344</b>	<b>296.158</b>	<b>78.173</b>	-	-	<b>1.405.475</b>
Reversão de Reserva de expansão	-	-	(296.158)	-	-	-	(296.158)
Dividendos	-	-	-	(78.173)	-	-	(78.173)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1.386	-	1.386
Redução do Capital Social (Nota 17a)	(126.000)	-	-	-	-	-	(126.000)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	128.399	128.399
Destinações:							
'Reserva legal	-	6.420	-	-	-	(6.420)	-
'Dividendos (nota 17c)	-	-	-	-	-	(76.925)	(76.925)
'Juros sobre o capital próprio (Nota 17d)	-	-	-	-	-	(25.700)	(25.700)
'Reserva especial de lucros	-	-	-	19.354	-	(19.354)	-
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>872.800</b>	<b>38.764</b>	<b>-</b>	<b>19.354</b>	<b>1.386</b>	<b>-</b>	<b>932.304</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>(126.000)</b>	<b>6.420</b>	<b>(296.158)</b>	<b>(58.819)</b>	<b>1.386</b>	<b>-</b>	<b>(473.171)</b>
<b>Saldos em 30.06.2015</b>	<b>872.800</b>	<b>40.270</b>	<b>19.354</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.624</b>	<b>961.048</b>
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	28.542	28.542
Destinações:							
Reserva legal	-	1.427	-	-	-	(1.427)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 17d)	-	-	-	-	-	(29.000)	(29.000)
Reserva especial de lucros	-	-	-	26.739	-	(26.739)	-
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>872.800</b>	<b>41.697</b>	<b>19.354</b>	<b>26.739</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>960.590</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>-</b>	<b>1.427</b>	<b>-</b>	<b>26.739</b>	<b>-</b>	<b>(28.624)</b>	<b>(458)</b>
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>872.800</b>	<b>38.764</b>	<b>-</b>	<b>19.354</b>	<b>1.386</b>	<b>-</b>	<b>932.304</b>
Reserva de expansão	-	-	19.354	(19.354)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.386)	-	(1.386)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	58.672	58.672
Destinações:							
Reserva legal	-	2.933	-	-	-	(2.933)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 17d)	-	-	-	-	-	(29.000)	(29.000)
Reserva especial de lucros	-	-	-	26.739	-	(26.739)	-
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>872.800</b>	<b>41.697</b>	<b>19.354</b>	<b>26.739</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>960.590</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>-</b>	<b>2.933</b>	<b>19.354</b>	<b>7.385</b>	<b>(1.386)</b>	<b>-</b>	<b>28.286</b>

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.  
 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2º semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
<b>Fluxos de caixa provenientes das operações</b>			
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>3.732</b>	<b>58.839</b>	<b>181.011</b>
<b>Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>184.786</b>	<b>614.164</b>	<b>1.605.413</b>
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (Nota 7f)	10.242	22.432	34.713
Depreciações e amortizações	54.431	145.633	320.701
Suficiência de depreciação	112.535	442.517	1.261.711
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos (Nota 16)	2.239	2.259	1.993
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens (Nota 16)	(474)	(399)	(3.801)
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos	-	-	(10.392)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens (Nota 16)	(48)	(42)	161
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	6.472	4.821	(1.883)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(611)	(3.057)	2.210
<b>Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>188.518</b>	<b>673.003</b>	<b>1.786.424</b>
<b>Variações Patrimoniais</b>	<b>5.276.267</b>	<b>3.084.496</b>	<b>(429.312)</b>
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	16.745.462	13.380.922	(2.123.412)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(3.146)	(22.766)	(27.796)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	(28.823)	65.322	(7.117)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	2.535	4.323	8.979
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.512)	(185.691)	(213.483)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(11.359.135)	(9.725.081)	2.698.263
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(1.092)	(2.651)	4.609
(Redução) Aumento em outras obrigações	(66.022)	(429.882)	(769.355)
<b>CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>5.464.785</b>	<b>3.757.499</b>	<b>1.357.112</b>
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento</b>			
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(588)	(559)	(542.972)
(Aquisição) de investimentos	(7.925)	(7.925)	(7.329)
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento	(37.537)	(54.250)	(293.637)
(Aquisição) de diferidos	(13.757)	(23.506)	(43.805)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	1	542.972	18
Alienação/Redução de investimentos	-	-	12.037
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	28.444	70.228	322.499
Alienação de diferidos	-	715	14.278
<b>CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(31.362)</b>	<b>527.675</b>	<b>(538.911)</b>
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento</b>			
(Redução) de capital (Nota 17a)	-	-	(422.158)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(503.013)
<b>CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(925.171)</b>
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>5.433.423</b>	<b>4.285.174</b>	<b>(106.970)</b>
Início do período	4.268.448	5.416.697	5.523.667
Fim do período (Nota 4)	9.701.871	9.701.871	5.416.697
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>5.433.423</b>	<b>4.285.174</b>	<b>(106.970)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
e semestre findo em 31 de dezembro de 2015**

(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2015	Exercícios				
		2015	2014			
<b>Receitas</b>	<b>1.723.804</b>	<b>3.966.563</b>	<b>4.777.420</b>			
Receita da intermediação financeira	1.746.383	4.000.664	4.792.572			
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias (Nota 15a)	-	-	19			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7f)	(10.242)	(22.432)	(34.713)			
Outras receitas/despesas (Nota 15d / 15e / 16)	(12.337)	(11.669)	19.542			
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(1.638.276)</b>	<b>(3.721.954)</b>	<b>(4.214.019)</b>			
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(11.308)</b>	<b>(19.314)</b>	<b>(31.880)</b>			
Materiais, água, energia e gás (Nota 15c)	-	-	(1)			
Serviços de terceiros (Nota 15c)	(5)	(7)	(9)			
Processamento de dados (Nota 15c)	(2.451)	(5.183)	(5.749)			
Comunicações (Nota 15c)	(5)	(18)	-			
Serviços de vigilância e segurança (Nota 15c)	(1)	(2)	(1)			
Propaganda e publicidade (Nota 15c)	(34)	(174)	-			
Serviços do sistema financeiro (Nota 15c)	(131)	(362)	(1.317)			
Serviços técnicos especializados (Nota 15c)	(3.694)	(7.369)	(6.617)			
Emolumentos judiciais e cartorários (Nota 15c)	(233)	(700)	(607)			
Outras (Nota 15c)	(4.754)	(5.499)	(17.579)			
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>74.220</b>	<b>225.295</b>	<b>531.521</b>			
Despesas de amortização/depreciação	(54.431)	(145.633)	(320.701)			
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>19.789</b>	<b>79.662</b>	<b>210.820</b>			
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>19.789</b>	<b>100,00%</b>	<b>79.662</b>	<b>100,00%</b>	<b>210.820</b>	<b>100,00%</b>
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>19.789</b>	<b>100,00%</b>	<b>79.662</b>	<b>100,00%</b>	<b>210.820</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pessoal</b>	-	-	-	<b>430</b>	<b>0,20%</b>	
Salários e honorários (Nota 15b)	-	-	-	398		
FGTS	-	-	-	32		
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>(8.780)</b>	<b>-44,36%</b>	<b>20.925</b>	<b>26,27%</b>	<b>81.910</b>	<b>38,85%</b>
Federais	(22.660)		5.799		65.348	
Estaduais	13.516		14.239		15.350	
Municipais	364		887		1.212	
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>27</b>	<b>0,13%</b>	<b>65</b>	<b>0,08%</b>	<b>81</b>	<b>0,04%</b>
Aluguéis (Nota 15c)	27		65		81	
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>28.542</b>	<b>144,23%</b>	<b>58.672</b>	<b>73,65%</b>	<b>128.399</b>	<b>60,91%</b>
Juros sobre o capital próprio	29.000		29.000		25.700	
Lucro retido	(458)		29.672		102.699	

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**(Em milhares de Reais)**

### **1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES**

A BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, cuja adoção será iniciada em 1º de Janeiro de 2016.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto no seguinte pronunciamento que pode gerar impacto relevante na demonstração contábil:

CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão pra crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2016.

### Declaração de Conformidade

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

### Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação de títulos e créditos a receber de Operações de arrendamento mercantil para Outros créditos em 31 de dezembro de 2014.
- Reclassificação de Provisão para operações de crédito e Provisão para operações de arrendamento mercantil para Provisão para outros créditos em em 31 de dezembro de 2014.
- Reclassificação de custos associados à produção de operações de crédito de Receita da Intermediação Financeira - Operações de Crédito para Outras Receitas/Despesas Operacionais - Outras Despesas Operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### Balanço Patrimonial

	<b>31.12.2014</b>		
	<b>Divulgação anterior</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Saldo reclassificado</b>
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(9.059)</b>	<b>(10.314)</b>	<b>(19.373)</b>
Arrendamento a receber - Setor privado	433.539	(13.052)	420.487
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(410.211)	966	(409.245)
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(35.879)	1.772	(34.107)
<b>Outros Créditos</b>	<b>712.128</b>	<b>10.314</b>	<b>722.442</b>
Diversos	704.648	12.086	716.734
(Provisão para Outros Créditos)	-	(1.772)	(1.772)

### Demonstração do Resultado

	<b>Exercício/2014</b>		
	<b>Divulgação anterior</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Saldo reclassificado</b>
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.788.990</b>	<b>3.582</b>	<b>4.792.572</b>
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7b)	1.785.855	3.582	1.789.437
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>219.557</b>	<b>3.582</b>	<b>223.139</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(57.881)</b>	<b>(3.582)</b>	<b>(61.463)</b>
Outras receitas operacionais (Nota 15d)	7.592	(25)	7.567
Outras despesas operacionais (Nota 15e)	(3.803)	(3.557)	(7.360)

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

#### **a) Apuração do Resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

#### **b) Mensuração a Valor Presente**

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

#### **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

#### **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

#### **e) Títulos e Valores Mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo

amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

#### **f) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

#### **g) Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro - reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo - a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

As operações de arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

#### **h) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à originação de operações de crédito ou arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

#### **i) Ativo Permanente**

Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10%.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

#### **j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade**

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.



## **k) Tributos**

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

<b>Tributos</b>	<b>Alíquotas Vigentes</b>
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL <sup>(1)</sup>	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

<sup>(1)</sup> Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

## **l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

## **m) Outros Ativos e Passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Disponibilidades</b>	<b>341</b>	<b>2.596</b>
Disponibilidades em moeda nacional	341	2.596
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez<sup>(1)</sup></b>	<b>9.701.530</b>	<b>5.414.101</b>
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	9.701.530	5.414.101
<b>Total</b>	<b>9.701.871</b>	<b>5.416.697</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

##### a) Composição

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>		
<b>Revendas a liquidar - posição bancada</b>	<b>9.701.530</b>	<b>5.414.101</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.414.101
Letras do Tesouro Nacional	1.812.859	-
Notas do Tesouro Nacional	5.291.090	-
Debêntures	2.597.581	-
<b>Total</b>	<b>9.701.530</b>	<b>5.414.101</b>
Ativo circulante	9.701.530	5.414.101

##### b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
<b>Rendas de aplicações no mercado aberto</b>	<b>393.750</b>	<b>661.446</b>	<b>565.013</b>
Posição bancada	393.750	661.446	565.013
<b>Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>
<b>Total</b>	<b>393.750</b>	<b>661.446</b>	<b>565.017</b>

#### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

##### a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

##### a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	31.12.2015						31.12.2014		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
<b>1 - Títulos para negociação</b>	-	955	5.990	6.945	6.945	-	9.659	9.630	(29)
<b>Títulos Públicos</b>	-	955	5.990	6.945	6.945	-	9.659	9.630	(29)
Letras Financeiras do Tesouro	-	955	5.990	6.945	6.945	-	9.659	9.630	(29)
<b>2 - Títulos Disponíveis para Venda</b>	2.455	-	-	2.455	2.455	-	541.811	544.121	2.310
<b>Títulos Públicos</b>	-	-	-	-	-	-	540.662	542.972	2.310
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	540.662	542.972	2.310
<b>Títulos Privados</b>	2.455	-	-	2.455	2.455	-	1.149	1.149	-
Cotas de Fundos de Investimentos	2.455	-	-	2.455	2.455	-	1.149	1.149	-
<b>Total (1 + 2)</b>	<b>2.455</b>	<b>955</b>	<b>5.990</b>	<b>9.400</b>	<b>9.400</b>	<b>-</b>	<b>551.470</b>	<b>553.751</b>	<b>2.281</b>

##### a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	31.12.2015						31.12.2014		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	2.455	-	-	2.455	2.455	-	446.414	448.275	1.861
Vinculados à prestação de garantias	-	955	5.990	6.945	6.945	-	105.056	105.476	420
<b>Total</b>	<b>2.455</b>	<b>955</b>	<b>5.990</b>	<b>9.400</b>	<b>9.400</b>	<b>-</b>	<b>551.470</b>	<b>553.751</b>	<b>2.281</b>

**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**  
**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**  
**Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado**

**a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos**

	31.12.2015					31.12.2014	
	Valor de Mercado			Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação	-	955	5.990	6.945	6.945	9.659	9.630
Títulos disponíveis para venda	2.455	-	-	2.455	2.455	541.811	544.121
<b>Total</b>	<b>2.455</b>	<b>955</b>	<b>5.990</b>	<b>9.400</b>	<b>9.400</b>	<b>551.470</b>	<b>553.751</b>

**a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação**

	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	2.455	-	2.455	6.856	441.419	448.275
Vinculados à prestação de garantias	6.945	-	6.945	3.943	101.533	105.476
<b>Total</b>	<b>9.400</b>	<b>-</b>	<b>9.400</b>	<b>10.799</b>	<b>542.952</b>	<b>553.751</b>

**a.5) Resumo da carteira por categoria**

	31.12.2015		31.12.2014	
1 - Títulos para negociação	6.945	74%	9.630	2%
2 - Títulos disponíveis para venda	2.455	26%	544.121	98%
<b>Valor contábil / mercado da carteira</b>	<b>9.400</b>	<b>100%</b>	<b>553.751</b>	<b>100%</b>

**b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários**

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	393.750	661.446	565.017
Títulos de renda fixa	550	60.610	(15.681)
Aplicações em fundos de investimento	75	129	82
<b>Total</b>	<b>394.375</b>	<b>722.185</b>	<b>549.418</b>

**c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve reclassificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

**d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD**

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

## Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

### d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
<b>Contratos de Futuros</b>						
<b>Compromissos de compra</b>	-	-	-	<b>522.684</b>	-	-
Cupom cambial	-	-	-	522.684	-	-
<b>Compromissos de venda</b>	<b>135.056</b>	-	-	<b>1.384.062</b>	-	-
DI	135.056	-	-	318.732	-	-
Moedas	-	-	-	549.169	-	-
Cupom cambial	-	-	-	516.161	-	-
<b>Contratos de Swaps</b>						
<b>Posição Ativa</b>	<b>5.563.000</b>	<b>24.502</b>	<b>31.341</b>	<b>21.234.795</b>	<b>64.297</b>	<b>214.076</b>
DI	5.563.000	22.926	31.341	21.234.795	64.297	214.076
Pré-fixado	-	1.576	-	-	-	-
<b>Posição Passiva</b>	<b>3.650.000</b>	<b>(261)</b>	<b>(1.579)</b>	<b>790.000</b>	<b>(8.665)</b>	<b>(3.775)</b>
DI	-	-	-	-	(1.553)	-
Pré-fixado	3.650.000	(261)	(1.579)	790.000	(7.112)	(3.775)
<b>Outros Instrumentos Financeiros Derivativos</b>						
<b>Posição Ativa</b>	<b>18.120.787</b>	<b>9.950.901</b>	<b>9.945.377</b>	<b>44.125.292</b>	<b>23.297.740</b>	<b>23.143.075</b>
Box de opções - Pré-fixado	18.120.787	9.950.901	9.945.377	44.125.292	23.297.740	23.143.075

**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**  
**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**  
**Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado**

**d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)**

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2015	31.12.2014
Futuro	14.485	41.084	28.575	50.912	135.056	1.906.746
Contratos de <i>swaps</i>	-	9.213.000	-	-	9.213.000	22.024.795
Box de opções	-	18.120.787	-	-	18.120.787	44.125.292

**d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2015)**

	Futuros	Swap	Box de opções
BM&FBovespa	135.056	-	-
Balcão	-	9.213.000	18.120.787
Instituições financeiras	-	9.213.000	18.120.787

**d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos**

	31.12.2015	31.12.2014
Letras Financeiras do Tesouro	6.945	3.922
Notas do Tesouro Nacional	-	101.554
<b>Total</b>	<b>6.945</b>	<b>105.476</b>

**d.5) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge***

	31.12.2015 <sup>(1)</sup>	31.12.2014
<b>Hedge de Risco de Mercado</b>		
<b>Instrumentos de Hedge</b>		
<b>Passivo</b>	-	<b>318.732</b>
Futuro	-	318.732
<b>Itens Objeto de Hedge</b>		
<b>Ativo</b>	-	<b>290.440</b>
Operações de arrendamento mercantil	-	290.440

<sup>(1)</sup> O Hedge foi descontinuado em dezembro de 2014.

A Companhia para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

**d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos objetos de *hedge***

	2º Semestre/2015 <sup>(1)</sup>	Exercício/2015 <sup>(1)</sup>	Exercício/2014
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	-	-	54.818
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	-	-	(53.281)
<b>Efeito Líquido</b>	-	-	<b>1.537</b>

<sup>(1)</sup> Em função da descontinuidade do Hedge em dezembro de 2014 não há resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em dezembro de 2014, a carteira de arrendamento mercantil deixou de ser qualificada como *hedge* nos termos do art. 5º da Circular BACEN nº 3.082, e tiveram seus contratos futuros na BM&F liquidados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o efeito no resultado do período do ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* foi de R\$ 1.869.

**d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante**

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Ativo</b>				
Contratos de <i>swaps</i>	31.431	-	214.076	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	9.945.377	-	23.143.075	-
<b>Total</b>	<b>9.976.718</b>	-	<b>23.357.151</b>	-
<b>Passivo</b>				
Contratos de <i>swaps</i>	(1.579)	-	(3.775)	-
<b>Total</b>	<b>(1.579)</b>	-	<b>(3.775)</b>	-

**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**  
**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**  
**Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado**

**d.8) Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

	<b>2º Semestre/2015</b>	<b>Exercício/2015</b>	<b>Exercício/2014</b>
Swap	20.523	100.120	290.769
Futuros	2.021	(43.943)	18.360
Box de opção	1.124.976	2.531.002	2.149.829
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	785	1.869	(5.241)
<b>Total</b>	<b>1.148.305</b>	<b>2.589.048</b>	<b>2.453.717</b>

**d.9) Hedge contábil**

<b>Estratégias/Risco</b>	<b>Objeto de hedge</b>				<b>Instrumentos de hedge</b>	
	<b>31.12.2015</b>		<b>31.12.2014</b>		<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
	<b>Valor de mercado</b>	<b>Ganho/(Perda) não realizado</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Derivativo</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor de mercado</b>
<i>Hedge</i> de Operações de arrendamento mercantil / taxa pré-fixada	-	-	290.440	Futuros	-	318.732

**7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

**a) Operações de Arrendamento a Receber**

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Operações de Arrendamento Mercantil a Receber</b>	<b>217.016</b>	<b>420.487</b>
Arrendamentos financeiros a receber	217.016	420.487
Ativo circulante	185.413	301.513
Ativo não circulante	31.603	118.974

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(210.835)</b>	<b>(409.245)</b>
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(210.835)	(409.245)
Ativo circulante	(180.132)	(292.090)
Ativo não circulante	(30.703)	(117.155)

**b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil**

	<b>2º Semestre/2015</b>	<b>Exercício/2015</b>	<b>Exercício/2014</b>
<b>Receitas de Arrendamento Mercantil</b>	<b>203.703</b>	<b>689.431</b>	<b>1.789.437</b>
Arrendamentos financeiros	116.201	311.819	596.886
Lucro na alienação de bens arrendados	74.995	351.156	1.161.390
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	12.507	26.456	31.161
<b>Despesas de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(180.439)</b>	<b>(623.956)</b>	<b>(1.662.014)</b>
Arrendamentos financeiros	(180.439)	(623.956)	(1.662.014)
<b>Total</b>	<b>23.264</b>	<b>65.475</b>	<b>127.423</b>

**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**  
**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**  
**Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado**

**c) Carteira por Setores de Atividade Econômica**

	31.12.2015	%	31.12.2014	%
<b>Setor Privado</b>	<b>194.275</b>	<b>100,00%</b>	<b>422.405</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pessoa Física</b>	<b>29.260</b>	<b>15,06%</b>	<b>198.744</b>	<b>47,05%</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>165.015</b>	<b>84,94%</b>	<b>223.661</b>	<b>52,95%</b>
Agronegócio de origem animal	5	0,00%	114	0,03%
Agronegócio de origem vegetal	-	0,00%	170	0,04%
Atividades específicas da construção	10.057	5,18%	13.407	3,17%
Automotivo	2.990	1,54%	3.446	0,82%
Comércio atacadista e indústrias diversas	13.190	6,79%	23.762	5,63%
Comércio varejista	1.082	0,56%	3.233	0,77%
Construção pesada	-	0,00%	148	0,04%
Imobiliário	25	0,01%	56	0,01%
Instituições e serviços financeiros	-	0,00%	7	0,00%
Madeireiro e moveleiro	10	0,01%	40	0,01%
Mineração e metalurgia	-	0,00%	230	0,05%
Papel e celulose	5	0,00%	179	0,04%
Químico	-	0,00%	30	0,01%
Serviços	103.354	53,20%	129.976	30,76%
Têxtil e confecções	4	0,00%	26	0,01%
Transportes	30.438	15,67%	44.481	10,53%
Demais atividades	3.855	1,98%	4.356	1,03%
<b>Total</b>	<b>194.275</b>	<b>100,00%</b>	<b>422.405</b>	<b>100,00%</b>

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Setor Privado - No País</b>	<b>194.275</b>	<b>422.405</b>
Pessoas físicas	29.260	198.744
Outros serviços	165.015	223.661
<b>Total</b>	<b>194.275</b>	<b>422.405</b>

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Arrendamentos financeiros a receber	217.016	420.487
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(210.835)	(409.245)
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	964	12.086
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	240.648	821.985
Credores por antecipação do valor residual	(53.518)	(422.908)
<b>Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos</b>	<b>194.275</b>	<b>422.405</b>

**d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento**

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2015	31.12.2014
<b>Operações em Curso Normal</b>											
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>7.304</b>	<b>35.878</b>	<b>87.874</b>	<b>26.279</b>	<b>2.740</b>	<b>26</b>	<b>111</b>	-	<b>284</b>	<b>160.496</b>	<b>350.263</b>
01 a 30	2.491	3.889	5.246	1.538	297	2	4	-	22	13.489	26.024
31 a 60	1.107	5.109	4.661	1.469	223	2	4	-	9	12.584	27.776
61 a 90	660	3.353	5.018	1.448	247	2	4	-	15	10.747	24.389
91 a 180	1.298	6.715	15.682	3.986	670	5	8	-	39	28.403	77.926
181 a 360	1.040	7.269	25.864	6.646	707	5	22	-	35	41.588	87.369
Acima de 360	708	9.543	31.403	11.192	596	10	69	-	164	53.685	106.779
<b>Parcelas Vencidas</b>	-	<b>465</b>	<b>12</b>	<b>289</b>	<b>153</b>	-	-	-	<b>2</b>	<b>921</b>	<b>3.314</b>
Até 14 dias	-	465	12	289	153	-	-	-	2	921	3.314
<b>Subtotal</b>	<b>7.304</b>	<b>36.343</b>	<b>87.886</b>	<b>26.568</b>	<b>2.893</b>	<b>26</b>	<b>111</b>	-	<b>286</b>	<b>161.417</b>	<b>353.577</b>
<b>Operações em Curso Anormal</b>											
<b>Parcelas Vincendas</b>	-	-	<b>1.636</b>	<b>2.138</b>	<b>733</b>	<b>491</b>	<b>2.286</b>	<b>408</b>	<b>8.188</b>	<b>15.880</b>	<b>46.101</b>
01 a 30	-	-	220	238	104	25	325	54	1.061	2.027	4.404
31 a 60	-	-	200	218	97	24	312	51	998	1.900	4.255
61 a 90	-	-	184	153	88	21	268	45	841	1.600	3.829
91 a 180	-	-	433	493	201	54	655	125	2.320	4.281	9.614
181 a 360	-	-	458	563	209	92	674	132	2.793	4.921	11.948
Acima de 360	-	-	141	473	34	275	52	1	175	1.151	12.051
<b>Parcelas Vencidas<sup>(1)</sup></b>	-	-	<b>269</b>	<b>571</b>	<b>434</b>	<b>78</b>	<b>2.089</b>	<b>302</b>	<b>13.235</b>	<b>16.978</b>	<b>22.727</b>
De 0 a 14	-	-	-	160	71	11	163	18	539	962	1.836
15 a 30	-	-	268	100	51	14	150	37	525	1.145	3.004
31 a 60	-	-	1	311	144	26	352	56	1.194	2.084	4.061
61 a 90	-	-	-	-	168	12	308	31	1.005	1.524	2.734
91 a 180	-	-	-	-	-	15	1.116	160	3.869	5.160	2.051
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	6.077	6.077	1.736
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	26	26	7.305
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>1.905</b>	<b>2.709</b>	<b>1.167</b>	<b>569</b>	<b>4.375</b>	<b>710</b>	<b>21.423</b>	<b>32.858</b>	<b>68.828</b>
<b>Total</b>	<b>7.304</b>	<b>36.343</b>	<b>89.791</b>	<b>29.277</b>	<b>4.060</b>	<b>595</b>	<b>4.486</b>	<b>710</b>	<b>21.709</b>	<b>194.275</b>	<b>422.405</b>

<sup>(1)</sup> Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

**e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco**

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2015			31.12.2014		
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0	7.304	-	-	1.451	-	-
A	0,5	36.343	(183)	(183)	286.479	(1.432)	(1.432)
B	1	89.791	(897)	(897)	51.977	(520)	(520)
C	3	29.277	(878)	(878)	23.966	(719)	(719)
D	10	4.060	(406)	(406)	18.386	(1.839)	(1.839)
E	30	595	(179)	(179)	8.590	(2.577)	(2.577)
F	50	4.486	(2.243)	(2.243)	3.414	(1.707)	(1.707)
G	70	710	(497)	(497)	3.522	(2.465)	(2.465)
H	100	21.709	(21.709)	(21.709)	24.620	(24.620)	(24.620)
<b>Total</b>		<b>194.275</b>	<b>(26.992)</b>	<b>(26.992)</b>	<b>422.405</b>	<b>(35.879)</b>	<b>(35.879)</b>

**f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Compreendem as operações de arrendamento mercantil, outros créditos com característica de concessão de crédito.

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
<b>Saldo inicial</b>	<b>27.157</b>	<b>35.879</b>	<b>81.841</b>
Reforço/(reversão)	10.242	22.432	34.713
Baixas para prejuízo	(10.407)	(31.319)	(80.675)
<b>Saldo final</b>	<b>26.992</b>	<b>26.992</b>	<b>35.879</b>

**g) Concentração das Operações de Arrendamento mercantil**

	31.12.2015	% da carteira	31.12.2014	% da carteira
Maior Devedor	80.676	41,53%	78.136	18,00%
10 Maiores Devedores	144.720	74,49%	163.015	38,59%
20 Maiores Devedores	159.351	82,02%	191.970	45,45%
50 Maiores Devedores	164.217	84,53%	210.515	49,84%
100 Maiores Devedores	165.314	85,09%	217.922	51,59%



**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**  
**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**  
**Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado**

**h) Informações Complementares**

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Montante de créditos aditados/renegociados no período	566	2.068
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo <sup>(1)</sup>	26.456	31.161

<sup>(1)</sup> Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

**8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 18e)	541.618	577.875
Devedores diversos - no País	-	2.293
Devedores por depósitos em garantia (Nota 22c)	20.690	13.064
Impostos e contribuições a compensar	45.410	111.402
Impostos e contribuições a recuperar	11	14
Valores a receber de sociedades ligadas	14.824	-
Títulos e créditos a receber	964	12.086
<b>Total</b>	<b>623.517</b>	<b>716.734</b>
Ativo circulante	95.599	183.022
Ativo não circulante	527.918	533.712

**9. OUTROS VALORES E BENS**

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Bens não de uso próprio</b>	<b>2.574</b>	<b>4.305</b>
Veículos e afins	2.574	4.305
<b>(Provisão para desvalorização)</b>	<b>(1.127)</b>	<b>(1.169)</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>311</b>	<b>2.504</b>
Comissões por intermediação de operações <sup>(1)</sup>	298	2.401
Despesas de serviços do sistema financeiro	12	4
Outras	1	99
<b>Total</b>	<b>1.758</b>	<b>5.640</b>
Ativo circulante	1.494	5.637
Ativo não circulante	264	3

<sup>(1)</sup> Referem-se aos valores a diferir dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua originação.

**10. INVESTIMENTOS**

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Investimentos por incentivos fiscais	21.862	13.937
(Imparidade acumulada)	(7.177)	(4.918)
<b>Total</b>	<b>14.685</b>	<b>9.019</b>

## 11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

### a) Imobilizado de Arrendamento

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Bens Arrendados</b>	<b>439.711</b>	<b>1.301.704</b>
Veículos e afins	332.784	1.154.129
Máquinas e equipamentos	94.652	127.132
Móveis	3.379	2.383
Instalações	416	1.637
Sistemas de processamento de dados	8.480	16.423
<b>Superveniências de Depreciações</b>	<b>60.716</b>	<b>503.234</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>(287.319)</b>	<b>(1.002.532)</b>
<b>Diferido</b>	<b>27.540</b>	<b>19.579</b>
Perdas em arrendamentos a amortizar	37.812	34.228
Amortização acumulada do diferido	(10.272)	(14.649)
<b>Total</b>	<b>240.648</b>	<b>821.985</b>

### b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3g, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Valor presente</b>	<b>247.793</b>	<b>845.313</b>
Credores por antecipação do valor residual	53.518	422.908
Valor presente das operações de arrendamento	194.275	422.405
<b>(-) Valor contábil das operações</b>	<b>187.077</b>	<b>342.079</b>
Arrendamentos a receber - recursos internos	217.016	420.487
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(210.835)	(409.245)
Valores residuais a realizar	58.802	458.592
Valores residuais a balancear	(58.802)	(458.592)
Títulos e créditos a receber	964	12.086
Bens arrendados	439.711	1.301.704
Depreciação acumulada de bens arrendados	(287.319)	(1.002.532)
Perdas em arrendamentos a amortizar	37.812	34.228
Amortização acumulada do diferido	(10.272)	(14.649)
<b>(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)</b>	<b>60.716</b>	<b>503.234</b>

### c) Depreciação acumulada

	31.12.2015	31.12.2014
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(287.319)	(1.002.532)
(-) Superveniência de depreciação	60.716	503.234
<b>(=) Depreciação Acumulada</b>	<b>(226.603)</b>	<b>(499.298)</b>

## 12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

### a) Composição

CAPTAÇÕES		Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2015	31.12.2014
Debêntures						
Pós-fixado	R\$	100,00%do DI	jun/06	jul/27	19.376.063	29.101.144
Total					19.376.063	29.101.144
Passivo circulante					230.401	1.893.157
Passivo não circulante					19.145.662	27.207.987

**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**  
**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**  
**Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado**

**b) Despesas com Operações de Captação no Mercado**

	2º Semestre/ 2015	Exercício/ 2015	Exercício/ 2014
<b>Despesas de Captações no Mercado Aberto</b>	-	(35)	-
Carteira de livre movimentação	-	(35)	-
<b>Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos</b>	<b>(1.511.790)</b>	<b>(3.242.586)</b>	<b>(2.871.614)</b>
Debêntures	(1.511.790)	(3.242.586)	(2.871.614)
<b>Total</b>	<b>(1.511.790)</b>	<b>(3.242.621)</b>	<b>(2.871.614)</b>

**13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

**a) Obrigações por Repasses**

**Do País - Instituições Oficiais**

Programas	Taxas de Atualização	31.12.2015	31.12.2014
<b>FINAME</b>		<b>10.257</b>	<b>12.908</b>
Pré-fixado	0,30% a.a. a 8,30% a.a.	10.257	12.908
<b>Total</b>		<b>10.257</b>	<b>12.908</b>
Passivo circulante		854	932
Passivo não circulante		9.403	11.976

**b) Segregação de Repasses por Prazo de Exigibilidade**

	Até 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	31.12.2015	31.12.2014
Repasses do País - FINAME	43	811	177	9.226	10.257	12.908
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>811</b>	<b>177</b>	<b>9.226</b>	<b>10.257</b>	<b>12.908</b>

**c) Despesas de Obrigação por Empréstimos e Repasses**

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
<b>Despesas de Obrigações por Repasses</b>	<b>(478)</b>	<b>(1.010)</b>	<b>(1.092)</b>
FINAME	(478)	(1.010)	(1.092)
<b>Total</b>	<b>(478)</b>	<b>(1.010)</b>	<b>(1.092)</b>

**14. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Fiscais e Previdenciárias**

	31.12.2015	31.12.2014
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	79.894	242.931
Impostos e contribuições a recolher	4.605	618
Passivo fiscal diferido (Nota 18d)	16.246	127.612
Provisão para demandas fiscais (Nota 22a)	8.824	3.347
<b>Total</b>	<b>109.569</b>	<b>374.508</b>
Passivo circulante	98.148	344.337
Passivo não circulante	11.421	30.171

**b) Diversas**

	31.12.2015	31.12.2014
Credores diversos - no País	5.282	9.442
Provisão para pagamentos a efetuar	1.060	2.538
Provisão para demandas cíveis (Nota 22a)	5.260	5.916
Ajuste a mercado op. de arrendamento	-	1.869
<b>Total</b>	<b>11.602</b>	<b>19.765</b>
Passivo circulante	11.602	18.579
Passivo não circulante	-	1.186

## 15. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

### a) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Aluguéis	(27)	(65)	(81)
Manutenção e conservação de bens	(11)	(29)	(46)
Material	-	-	(1)
Processamento de dados	(2.451)	(5.183)	(5.749)
Promoções e relações públicas	-	-	(2)
Publicações	(34)	(174)	(185)
Serviços do sistema financeiro	(131)	(362)	(1.317)
Serviços de terceiros	(5)	(7)	(9)
Serviços técnicos especializados	(3.694)	(7.369)	(6.617)
Emolumentos judiciais e cartorários	(233)	(700)	(607)
Impostos e multas de bens arrendados	(599)	(1.235)	(4.847)
Comunicações	(5)	(18)	-
Outras	(4.145)	(4.237)	(12.500)
<b>Total</b>	<b>(11.335)</b>	<b>(19.379)</b>	<b>(31.961)</b>

### b) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	-	-	1.883
Atualização de depósitos em garantia	1.194	1.785	941
Recuperação de encargos e despesas	762	1.373	781
Variação monetária ativa	38	840	490
Ressarcimento de custos associados	106	520	3.472
Outras	161	161	-
<b>Total</b>	<b>2.261</b>	<b>4.679</b>	<b>7.567</b>

### c) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Custos associados a produção - Parceiros comerciais	(756)	(2.103)	(3.582)
Provisão para passivos contingentes	(6.472)	(4.821)	-
Indenizações cíveis	(6.342)	(8.001)	(3.481)
Depósitos Judiciais	-	(10)	-
Outras	-	(285)	(297)
<b>Total</b>	<b>(13.570)</b>	<b>(15.220)</b>	<b>(7.360)</b>

## 16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>2.041</b>	<b>3.133</b>	<b>23.768</b>
Investimentos por incentivos fiscais <sup>(1)</sup>	-	-	17.721
Lucro na alienação de valores e bens	1.126	2.102	5.832
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	150	266	215
Outras	765	765	-
<b>Despesas não operacionais</b>	<b>(3.068)</b>	<b>(4.261)</b>	<b>(4.433)</b>
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(2.239)	(2.259)	(1.993)
Desvalorização de outros valores e bens	(102)	(224)	(376)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(652)	(1.703)	(2.031)
Perdas de Capital	(75)	(75)	(33)
<b>Total</b>	<b>(1.027)</b>	<b>(1.128)</b>	<b>19.335</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se ao ganho apurado na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S.A.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 872.800, está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi deliberada e aprovada a redução do Capital Social no montante de R\$ 126.000, sem alteração na quantidade de ações. A redução do Capital Social foi aprovada e homologada pelo BACEN em 23 de maio de 2014.

**b) Reserva de Lucros**

**Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

**Reserva para expansão**

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para “Reserva para expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

**Reserva especial de lucros**

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

**c) Ajustes de Avaliação Patrimonial**

	Exercício 2015				Exercício/2014			
	Saldo 31.12.2014	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo 31.12.2013	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
<b>Títulos Disponíveis para venda</b>								
BV Leasing	1.386	(2.311)	925	-	-	2.310	(924)	1.386
<b>Total</b>	<b>1.386</b>	<b>(2.311)</b>	<b>925</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.310</b>	<b>(924)</b>	<b>1.386</b>

**d) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos**

Em 31 de dezembro de 2015, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 29.000.

Em 12 de dezembro de 2014, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 25.700.

A Administração propôs a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 76.925 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	Exercício/2015	Exercício/2014
	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>58.672</b>	<b>128.399</b>
Reserva legal	(2.933)	(6.420)
Base de cálculo	<b>55.739</b>	<b>121.979</b>
Dividendo mínimo obrigatório	13.935	30.495
<b>Valor proposto</b>	<b>29.000</b>	<b>102.625</b>
% sobre a base de cálculo	52%	84%

	Exercício/2015		Exercício/2014	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>58.672</b>	<b>115.043,14</b>	<b>128.399</b>	<b>251.760,88</b>
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(1)</sup>	(29.000)	(56.862,75)	(25.700)	(50.392,16)
Dividendos a pagar	-	-	(76.925)	(150.833,33)

<sup>(1)</sup> Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio.

**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**  
**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**  
**Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado**

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi registrado em conta de Despesa Financeira, e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

## 18. TRIBUTOS

### a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
<b>Valores correntes</b>	<b>2.808</b>	<b>(74.352)</b>	<b>(242.996)</b>
IR e CSLL no País - Corrente	(5.117)	(79.895)	(242.996)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	7.925	5.543	-
<b>Valores Diferidos</b>	<b>22.002</b>	<b>74.185</b>	<b>190.384</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>27.860</b>	<b>110.442</b>	<b>315.890</b>
Marcação a mercado	(275)	(188)	463
Superveniência de depreciação	28.135	110.630	315.427
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>(5.858)</b>	<b>(36.257)</b>	<b>(125.506)</b>
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(5.983)	(35.215)	(102.591)
Diferenças temporárias <sup>(1)</sup>	439	(294)	(15.907)
Marcação a mercado	(314)	(748)	(7.008)
<b>Total</b>	<b>24.810</b>	<b>(167)</b>	<b>(52.612)</b>

<sup>(1)</sup> Inclui, no 2º Semestre de 2015, o montante de R\$ 6.336 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

### b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>3.732</b>	<b>58.839</b>	<b>181.011</b>
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) <sup>(1)</sup>	(1.679)	(26.478)	(72.404)
Encargos sobre JCP	13.050	13.050	10.280
Outros valores <sup>(2)</sup>	(36.181)	13.261	9.512
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do período</b>	<b>(24.810)</b>	<b>(167)</b>	<b>(52.612)</b>

<sup>(1)</sup> A Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n.º 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

<sup>(2)</sup> Inclui, no 2º Semestre de 2015, o montante de R\$ 6.336 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

### c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Cofins	(1.849)	(4.843)	(10.550)
ISSQN	(365)	(887)	(1.212)
PIS	(300)	(787)	(1.714)
Outras	(13.517)	(14.241)	(15.733)
<b>Total</b>	<b>(16.031)</b>	<b>(20.758)</b>	<b>(29.209)</b>

### d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2015	31.12.2014
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	15.179	125.808
Marcação a mercado <sup>(1)</sup>	1.067	1.804
<b>Total das Obrigações Fiscais Diferidas</b>	<b>16.246</b>	<b>127.612</b>
Imposto de Renda	15.772	126.936
Contribuição Social	474	676

<sup>(1)</sup> O valor correspondente à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrado em conta de Patrimônio Líquido, no exercício de 2015, é de R\$ 924.

**e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)**

**Ativado**

	31.12.2014	Exercício/2015	31.12.2015
	Saldo	Movimentação Líquida do Período <sup>(1)</sup>	Saldo
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>53.208</b>	<b>(1.043)</b>	<b>52.165</b>
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	48.626	(3.226)	45.400
Provisões Passivas	3.315	2.943	6.258
Marcação a mercado	747	(747)	-
Outras provisões	520	(13)	507
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	524.667	(35.214)	489.453
<b>Total dos Créditos Tributários Ativados</b>	<b>577.875</b>	<b>(36.257)</b>	<b>541.618</b>
Imposto de Renda	557.922	(39.325)	518.597
Contribuição Social	19.953	3.068	23.021

<sup>(1)</sup> Inclui, no 2º Semestre de 2015, o montante de R\$ 6.336 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

**Não Ativado**

Não existem créditos tributários não ativados.

**Expectativa de Realização**

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2015.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2016	36.690	33.755
Em 2017	14.670	12.384
Em 2018	9.940	7.690
Em 2019	4.453	3.131
A partir de 2020	475.865	192.729
<b>Total de Créditos Tributários</b>	<b>541.618</b>	<b>249.689</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, observou-se a realização de créditos tributários na BV Leasing no montante de R\$ 53.382 (R\$ 50.944 em 2014), correspondente a 96% (98% em 2014) da respectiva projeção de utilização para o período de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2014.

**Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados**

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar <sup>(1)</sup>	Diferenças Intertemporais <sup>(2)</sup>
Em 2016	1%	62%
Em 2017	1%	21%
Em 2018	1%	13%
Em 2019	1%	3%
A partir de 2020	96%	1%

<sup>(1)</sup> Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

<sup>(2)</sup> A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);

## 19. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração:

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Honorários e Pró labore	-	-	398
Encargos sociais	-	-	121
<b>Total</b>	-	-	<b>519</b>

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e o Conglomerado Votorantim Participações, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	31.12.2015				Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	
<b>Ativos</b>					
Disponibilidades	26	-	143	-	<b>169</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	9.701.530	-	<b>9.701.530</b>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	9.976.718	-	<b>9.976.718</b>
Outros créditos	-	-	14.866	-	<b>14.866</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(19.375.490)	-	<b>(19.375.490)</b>
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.579)	-	<b>(1.579)</b>
<b>Resultado</b>					
			<b>2º Semestre/2015</b>		
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	1.584.772	-	<b>1.447.615</b>
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(1.657.133)	-	<b>(1.540.499)</b>
<b>Resultado</b>					
			<b>Exercício/2015</b>		
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	3.200.959	-	<b>3.200.959</b>
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(2.777.879)	-	<b>(2.777.879)</b>



**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**  
**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**  
**Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado**

	31.12.2014				
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
<b>Ativos</b>					
Disponibilidades	799	-	459	-	1.258
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	5.414.101	-	5.414.101
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	23.357.150	-	23.357.150
Outros créditos	-	-	7.480	-	7.480
<b>Passivos</b>					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(29.101.026)	-	(29.101.026)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(3.774)	-	(3.774)
<b>Resultado</b>					
<b>Exercício/2014</b>					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	17.721	3.005.613	-	3.023.334
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(2.745.223)	-	(2.745.223)

## 20. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS A MERCADO

	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante e Não circulante</b>				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.701.530	9.701.530	5.414.101	5.414.101
Títulos e valores mobiliários	9.400	9.400	553.751	553.751
Instrumentos financeiros derivativos	9.976.718	9.976.718	23.357.151	23.357.151
Operações de arrendamento mercantil	194.275	193.643	384.657	384.778
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante e Não circulante</b>				
Recursos de aceites e emissão de títulos	(19.376.063)	(19.416.920)	(29.101.144)	(29.101.144)
Obrigações por repasses do País	(10.257)	(10.257)	(12.908)	(12.908)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.579)	(1.579)	(3.775)	(3.775)

## 21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A BV Leasing gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita, tais como, exposições a taxas de juros prefixadas em reais, moedas estrangeiras e seus respectivos cupons.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a BV Leasing utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2015:

Cenário I				
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado	
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	-	
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-	
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-	
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-	
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-	
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-	

**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil, recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2015:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado <sup>(1)</sup>
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(497)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

<sup>(1)</sup> Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado <sup>(1)</sup>
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(18.253)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

<sup>(1)</sup> Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado <sup>(1)</sup>
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(33.931)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

<sup>(1)</sup> Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

**Cenário Provável**

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

### Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 31 de dezembro de 2015, para o prazo de um ano é 15,88%. Desse modo, toda a curva é chocada em 3,97% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

### Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

## 22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº. 3.823/2009.

### Ações Fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

### Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

#### a) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, a Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda "provável".

#### Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	Demandas fiscais <sup>(1)</sup>			Demandas cíveis <sup>(2)</sup>		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Saldo inicial	2.697	3.347	3.302	4.915	5.916	7.504
Constituições	13.678	13.748	12.824	856	894	1.430
Reversões	(128)	(833)	(12.723)	(629)	(1.065)	(1.226)
Baixas	(7.531)	(7.681)	(285)	(1.415)	(2.277)	(2.388)
Atualizações	108	243	229	1.533	1.792	596
<b>Saldo final</b>	<b>8.824</b>	<b>8.824</b>	<b>3.347</b>	<b>5.260</b>	<b>5.260</b>	<b>5.916</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias.

<sup>(2)</sup> Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações - Diversas.

### Cronograma esperado de desembolsos

	31.12.2015	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	8.092	5.260
De 5 a 10 anos	732	-
<b>Total</b>	<b>8.824</b>	<b>5.260</b>

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

**b) Passivos Contingentes - Possíveis**

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	31.12.2015	31.12.2014
Demandas Fiscais <sup>(1)</sup>	587	871
Demandas Cíveis <sup>(2)</sup>	392	212
<b>Total</b>	<b>979</b>	<b>1.083</b>

- (1) Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias.
- (2) Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

**c) Depósitos em Garantia de Recursos**

**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	31.12.2015	31.12.2014
Contingências fiscais	5.450	2.029
Contingências cíveis	15.240	11.035
<b>Total</b>	<b>20.690</b>	<b>13.064</b>

**d) Ações civis públicas**

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

**23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**

**a) Processo de Gestão de Riscos**

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;

- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

#### **b) Risco de Crédito**

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

#### **c) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

#### **d) Risco Operacional**

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

#### **e) Risco de Mercado**

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

#### **f) Gerenciamento de Capital**

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

#### **Suficiência de Capital (visão Regulatória)**

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites

regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

#### Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

III - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Financeiro foi de

15,07% (14,96% em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,23%.

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: [www.bancovotorantim.com.br/ri](http://www.bancovotorantim.com.br/ri).

## **24. OUTRAS INFORMAÇÕES**

### **a) Comitê de Auditoria**

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim de 31 de dezembro de 2015.

### **b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)**

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014. Na avaliação ora realizada, não foram identificados impactos relevantes para o Conglomerado.

### **c) Lei 13.097/2015 (Medida Provisória nº 656/2014)**

A Lei 13.097, de 20.01.2015 (conversão da MP 656/2014), alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

\*\*\*